



434

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS ACLARATÓRIOS Nº 0279070-3

EMBARGANTE: Maria Joana do Nascimento Silva

Advogada: Dra. Irene Maria G. Rodrigues Ricarte

EMBARGADO: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo
Gueiros - SUAPE

Advogado: Dr. Walber Fernandes de Souza Ribeiro

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CONTRADIÇÃO. ERRO MATERIAL. ACOLHIMENTO EM PARTE. DEMAIS TERMOS. TENTATIVA DE ACELERAR O JULGAMENTO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE. ANULAÇÃO DE SENTENÇA POR CAUTELA. OPOSIÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. EFEITOS INFRINGENTES. INOCORRÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Quanto à contradição apontada relativamente ao fato de ter sido afirmado o falecimento do Sr. Cláudio Manoel do Nascimento e que não foram os membros do núcleo familiar que ajuizaram várias ações, mas SUAPE, anoto que – de fato - houve erro material. O Sr. Cláudio Manoel do Nascimento, patriarca da família, segundo consta nos autos, permanece vivo ou, ao menos, não há notícias do seu falecimento. Além disso, SUAPE ajuizou várias ações reintegratórias, apresentando as partes suas respectivas defesas. Tais erros matérias que aqui são sanados são incapazes de gerar efeitos infringenciais, pois em nada influenciam o conhecimento meritório da demanda.

2 - No que se refere ao suposto erro em determinar a anulação da sentença, considerando a necessidade de esclarecimentos relacionados à perícia, não merece respaldo. Compulsando os autos, verifica-se que em nenhum momento esta Câmara foi induzida em erro, mas – ao contrário – conheceu do mérito discutido e, por cautela, determinou a anulação da sentença, para fins de

435
/

esclarecimentos quanto ao laudo de vistoria. Restou evidente o fato de que a perícia realizada é atrelada ao processo sob análise, mas seu conteúdo pode trazer complicações futuras, inclusive, por ter havido pagamento em duplicidade. O que pretende o embargante - neste ponto - é acelerar o julgamento definitivo da demanda, forçando o seu próprio entendimento sobre esta Câmara.

3 - Embargos Declaratórios Parcialmente Providos.

4 - Decisão Unânime

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nos Aclaratórios nº 0279070-3, em que figura como embargante Maria Joana do Nascimento Silva e como embargado SUAPE. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 18 / 06 / 2014, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, dando-lhes provimento parcial, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 18/06/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



436
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS ACLARATÓRIOS Nº 0279070-3

EMBARGANTE: Maria Joana do Nascimento Silva

Advogada: Dra. Irene Maria G. Rodrigues Ricarte

EMBARGADO: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo

Gueiros - SUAPE

Advogado: Dr. Walber Fernandes de Souza Ribeiro

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos dos aclaratórios que, sob a ótica do embargante, incorreu em contradições, ao negar provimento à oposição, mantendo-se o acórdão então recorrido.

A embargante opôs os presentes aclaratórios, alegando – resumidamente – em suas razões, que o acórdão fustigado incorreu em contradições, pois apesar de ter sido afirmado que o Sr. Cláudio Manoel do Nascimento havia falecido, ele está vivo, embora idoso e muito sofrido com os abusos de SUAPE; não foram os membros do núcleo familiar que ajuizaram várias ações, mas o próprio SUAPE, que promoveu várias ações de reintegração de posse, com o único intuito de não ver o Ministério Público na defesa de todos os agricultores; as ações foram individualizadas, separando as casas e plantações de cada ocupante, divididas pelas áreas que eles ocupavam, tanto que os valores das indenizações são todos diferentes, não existiu uma perícia única para todos os imóveis e plantações, conforme demonstrado nos próprios autos; a sentença não poderia ter sido anulada para o perito informar “se o valor vale para os quatro ou bem identifica ao quanto daquilo ali pertence a cada um dos sucessores”, pois não foi realizada apenas uma perícia para toda área da família Nascimento, uma vez que a área foi dividida, conforme solicitação de SUAPE, existindo laudo pericial individualizado para integrante da família, o laudo pericial de cada processo não foi impugnado por SUAPE, todos os processos de reintegração foram ajuizados por SUAPE, documentos posteriormente juntados induziram o Des. Francisco Bandeira de Mello em erro.

437
70

Requer, ao final, o embargante, que sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar as contradições, prequestionando a matéria apresentada.

É o relatório.

Recife, 18 / 06 / 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



438
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS ACLARATÓRIOS Nº 0279070-3

EMBARGANTE: Maria Joana do Nascimento Silva

Advogada: Dra. Irene Maria G. Rodrigues Ricarte

EMBARGADO: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE

Advogado: Dr. Walber Fernandes de Souza Ribeiro

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do embargante reside contra acórdão lavrado nos autos dos aclaratórios que, sob a sua ótica, incorreu em contradições, ao negar provimento à oposição, mantendo-se o acórdão então recorrido.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Tenho que as contradições apontadas merecem acolhida em parte, porém, ressalto – de proêmio – a pouca importância desse acolhimento e, portanto, logo anoto a inocorrência de qualquer efeito infringente.

Quanto à contradição apontada relativamente ao fato de ter sido afirmado o falecimento do Sr. Cláudio Manoel do Nascimento e que não foram os membros do núcleo familiar que ajuizaram várias ações, mas SUAPE, anoto que – de fato - houve erro material. O Sr. Cláudio Manoel do Nascimento, patriarca da família, segundo consta nos autos, permanece vivo ou, ao menos, não há notícias do seu falecimento. Além disso, SUAPE ajuizou várias ações reintegratórias,

apresentando as partes suas respectivas defesas. Tais erros matérias que aqui são sanados são incapazes de gerar efeitos infringenciais, pois em nada influenciam o conhecimento meritório da demanda.

439
20

No que se refere ao suposto erro em determinar a anulação da sentença, considerando a necessidade de esclarecimentos relacionados à perícia, não merece respaldo. Compulsando os autos, verifica-se que em nenhum momento esta Câmara foi induzida em erro, mas - ao contrário - conheceu do mérito discutido e, por cautela, determinou a anulação da sentença, para fins de esclarecimentos quanto ao laudo de vistoria. Restou evidente o fato de que a perícia realizada é atrelada ao processo sob análise, mas seu conteúdo pode trazer complicações futuras, inclusive, por ter havido pagamento em duplicidade. O que pretende o embargante - neste ponto - é acelerar o julgamento definitivo da demanda, forçando o seu próprio entendimento sobre esta Câmara.

A matéria posta em debate - para este ponto - restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte, ora embargante que de forma reiterada, trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de rediscutir matéria já decidida. Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de dar provimento parcial aos presentes aclaratórios, apenas para sanar o erro material já apontado, mantidos os demais termos recorridos.

É como voto.

Recife, 18/06/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator